

Mensalidades: o impasse continua.

Na reunião de ontem no CEE, nada ficou resolvido.

9 ABR 1987

Ainda não foi desta vez que a questão de reajuste das mensalidades escolares ficou resolvida. O Conselho Estadual de Educação nada resolveu na reunião de ontem, que teve porém, um fato inédito: a presença de alunos, pais de alunos e donos de escolas. Eles foram manifestar-se diante da decisão do CEE, que há 15 dias liberou os preços das mensalidades, de acordo com as planilhas de custos das escolas.

A decisão, no entanto, não foi homologada pelo secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima, que a devolveu ao Conselho na última sexta-feira, "para reexame", a partir de parecer de sua consultoria jurídica. Hoje, o processo está na Comissão de Legislação e Normas do CEE, que no máximo até segunda-feira que vem deverá dar seu parecer e preparar um novo documento para ser votado na próxima sessão do CEE, na quarta-feira.

Depois de uma rápida análise e aprovação, sempre por unanimidade, de processos enviados ao CEE, sua presidenta, Maria Aparecida Tamazzo Garcia, disse que tem interesse em "desanuvlar a situação", adiantando as providências que precisam ser tomadas. Por isso, não descartou a possibilidade de convocar uma reunião extraordinária dos 26 conselheiros, indicados pelo governador do Estado para um mandato de três anos. A cada ano um terço de seus membros é renovado.

Entre essas providências de urgência está a formação de uma comissão especial, defendida pelo vice-presidente do CEE, professor Celso Belsegel. Ela seria formada por representantes de pais, alunos e donos de escolas — ao contrário da que existe hoje, composta apenas por mantenedores de escolas —, e participaria das reuniões do CEE assessorando os conselheiros nas suas decisões quanto aos reajustes das mensalidades escolares. A comissão especial está prevista no regimento do CEE, mas depende da aprovação do plenário.

Maria Aparecida disse, ainda, que o Conselho "está amarrado" em suas deliberações em consequência de "forças externas", como o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado (Sieeesp), que impetrou mandado de segurança suspendendo e impedindo a instalação da Comissão de Encargos Educacionais, responsável pela análise dos pedidos de reajustes especiais das escolas particulares. "A situação é tal, que já fiz até o que não deveria fazer: pedir ao José Aurélio (presidente do Seeesp) que retirasse a liminar. Mas não temos obtido êxito para fazer funcionar a comissão." Segundo ela, uma das questões que devem ser rapidamente discutidas, possivelmente nesta sessão extra, é como fazer as fiscalizações nas escolas.

Lucros Altos

No CEE desde 1976, Maria Apa-

recida disse que em poucas vezes viu uma sessão tão concorrida. Pela primeira vez, em seus 24 anos de existência, os conselheiros viram pais e alunos no plenário. Eles foram defender o cumprimento da portaria do MEC, que reajustou a semestralidade das escolas em 35%.

Adriana Saker, diretora da União Nacional dos Estudantes, foi a primeira a falar. E denunciou: "O ensino particular no Estado representa 75% no nível superior, com mais de 260 instituições de ensino privado. A maioria oferecendo baixas condições de ensino e alto custo das mensalidades". Segundo ela, um negócio que nos últimos anos obteve lucros altíssimos: "Na faixa de 644%, como provaram os números da Fipe em 82". São escolas, ela lembrou, "que na sua maioria atendem estudantes trabalha-

dores, que estudam à noite e não têm condições de pagar nem os 35% de aumento, pois seus salários não foram corrigidos nessa proporção".

Contraopondo-se a essa realidade, a rede pública exhibe "uma situação de penúria de vagas e condições, com apenas três universidades estaduais e uma federal. O resto é tudo particular".

Falando em nome de cinco entidades estudantis, que deverão promover uma grande manifestação contra "o aumento abusivo de muitas escolas", Adriana protocolou documento junto ao CEE apontando esses problemas e criticando a decisão do CEE de liberar os preços. "Acho que foi uma decisão pouco amadurecida e discutida. Espero que tenha sido uma medida imatura."

"Vamos fechar"

Os donos das escolas, no entanto, vêm as coisas de maneira diferente. Se não houver uma decisão ainda este mês, muitas escolas vão fechar. Entre elas, o tradicional Colégio Bandeirantes, o Colégio Luíza de Marillac, em Santana, e o Oswald de Andrade, em Pinheiros. "Não será um locaute. Apenas não teremos condições de manter nossas escolas abertas", alertou Paulo Chacon, do Oswald de Andrade e diretor pedagógico do O Grupo, que congrega 40 escolas não filiadas ao Sieeesp.

Irmã Ivete, do Luíza de Marillac, faz um depoimento angustiados: "Confesso com muito pesar, vamos fechar, apesar de sermos uma escola séria". Contou que em 87, depois de uma redução de classes, está com 1.800 alunos, a maioria de baixa renda. Por isso teve de manter sempre preços módicos: com o reajuste de 35% tem mensalidades que variam de Cz\$ 184,61 da 1ª à 4ª série do 1º grau a Cz\$ 391,72 para o 2º grau.

Lembrando que em 86 perdeu 21 dos seus 106 professores, Mauro Salles, do Colégio Bandeirantes, assegurou: só poderá funcionar até o final do mês.

R.B.

A decisão da rede particular: greve nacional.

Cerca de 35 mil escolas particulares de todo o País pretendem paralisar suas atividades no próximo dia 23, em protesto contra a indefinição do governo sobre a cobrança das mensalidades. A deliberação foi tomada ontem por 1.200 diretores de escolas particulares, durante o encerramento do XXI Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Conepe). No dia da paralisação, assembleias da categoria vão decidir também se fecham as portas das escolas ou se reajustam as mensalidades conforme suas necessidades.

Os diretores alegam que seus estabelecimentos não dispõem de recursos suficientes para suportar as despesas. Também afirmaram que a situação de greve verificada em muitos estabelecimentos de en-

sino é causada pela omissão dos conselhos de educação e pelo próprio MEC.

No início do ano, o governo fixou em 35% o aumento permitido nas anuidades escolares, através dos Decretos 93.893 e 93.911 e ainda as portarias 4 e 5, autorizando também um acréscimo de 15% a ser decidido entre os pais de alunos e a escola. Além disso também está previsto nos decretos e portarias aumentos a título de "correção de defasagem", caso sejam comprovados aumentos com aluguel, luz e demais despesas da escola.

Para o presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, a paralisação que as escolas pretendem realizar no dia 23 não é um locaute, mas sim "uma luta por um estado de direito".